

MANIFESTO SOCIAL CRISTÃO

Apresentação

O Social-Cristianismo surge no horizonte brasileiro através do Partido Social Cristão – o PSC – com a finalidade de buscar solucionar ou amenizar as mazelas da humanidade, não só aproximando o homem de Deus, como também empunhando a sua própria bandeira, defendendo a vida desde a sua concepção, a família tradicional, a liberdade econômica, o Estado mínimo, a preservação do meio ambiente, um pensado desenvolvimento sustentável, do bem-estar dos idosos e aposentados, dos níveis estáveis de emprego, visando sempre a proporcionar à população mais saúde, conforto e dignidade, em suas etapas da vida.

O PSC acredita que o projeto social mais eficaz que existe é o crescimento econômico com oportunidade para todos. As famílias em situação de risco social não precisam de esmola. Têm direito à educação de qualidade e a oportunidade de gerar sua própria renda, seja por meio de vagas no mercado de trabalho ou como autônomos.

Assim, o PSC reafirma o objetivo de transformar o Pensamento Cristão na melhor maneira de enfrentamento das condições adversas que se apresentam no dia a dia nacional.

Um abraço do amigo,

Everaldo Pereira,
Presidente Nacional do PSC

SU



MÁ

RI

O

04 Definição
Ideológica

10 Conservadorismo

16 Liberdade
econômica

22 Análise crítica da
situação do Brasil

30 O País que
queremos

DEFI

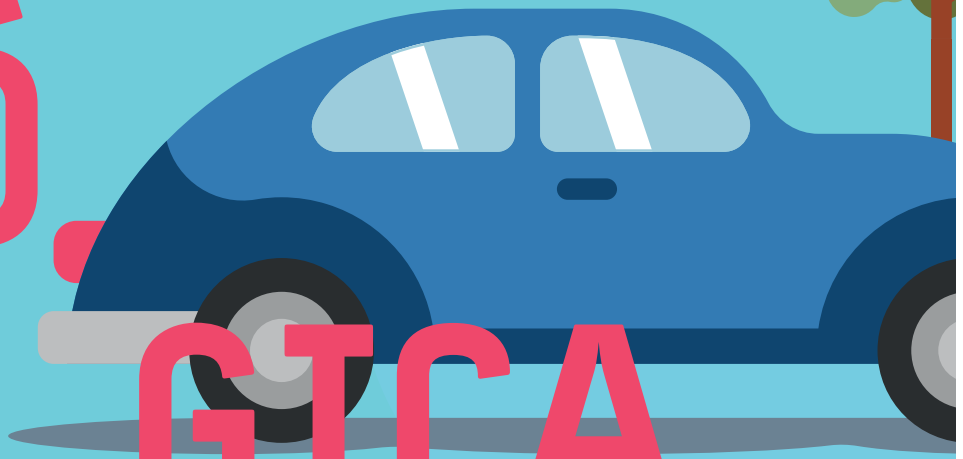


— NIÇÃO

IDEO —



LÓ.



GICA



O PSC surge como uma agremiação baseada em valores **cristãos**, identificados com os elementos de uma sociedade aberta e plural, pontos basilares da civilização ocidental.



Nosso partido nasce baseado em um binômio de conceitos políticos considerados essenciais para a construção de uma sociedade próspera e aberta; conservadorismo político e liberdade econômica.

Entendemos por isso a política e o exercício do poder baseados na prudência, no império da lei, na meritocracia e no indivíduo como motor da sociedade. Acreditamos na limitação do poder do Estado e a aceitação de mudanças em caráter gradual.

PRE

CEI

Assim, o PSC se apresenta como alternativa política situado à direita dentro do debate político brasileiro, sendo uma das filosofias políticas mais abrangentes e a que melhor traduz os sentimentos naturais do ser humano. Ser conservador é respeitar a tradição, inovando-a para que se adapte aos dias de hoje.

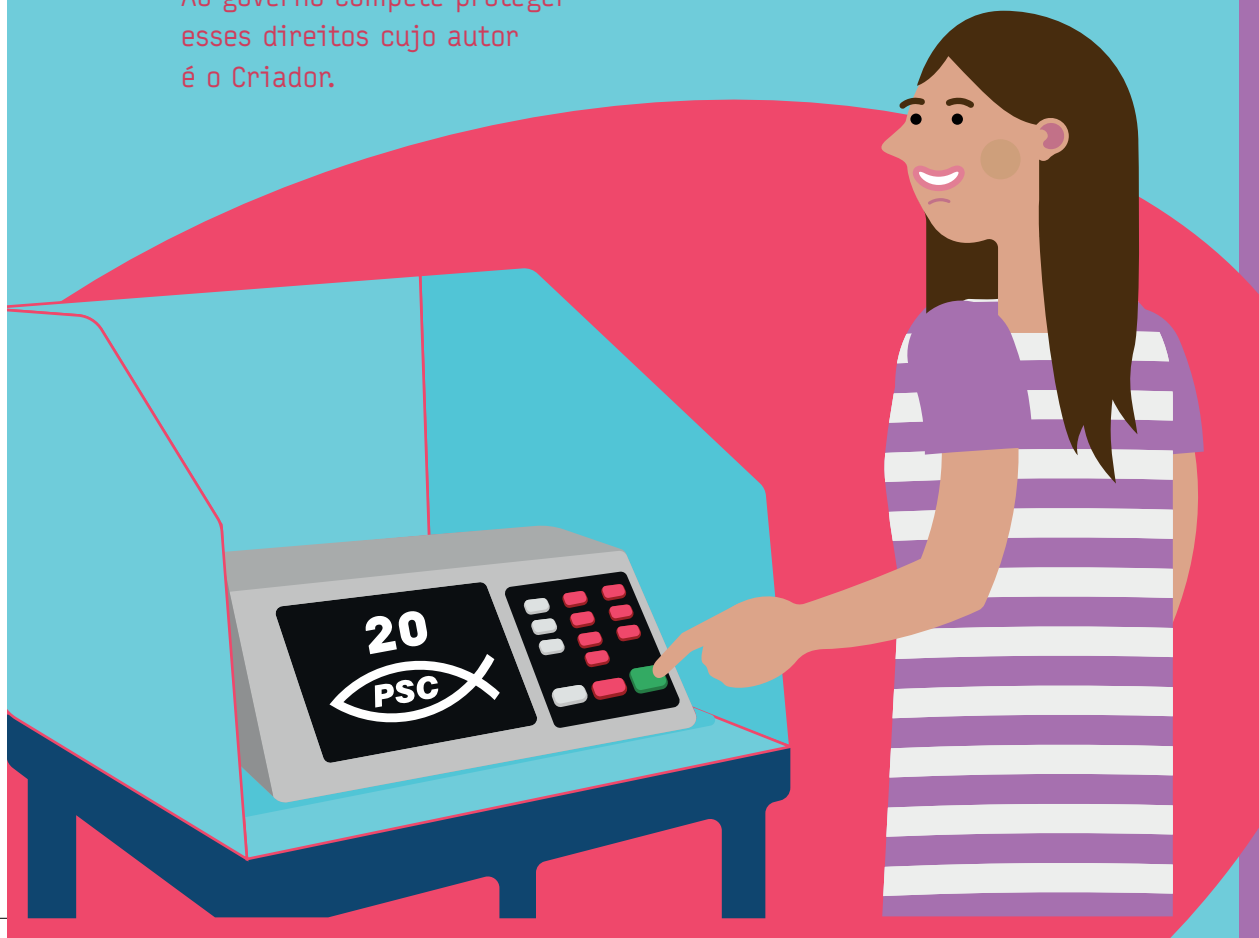
O Estado deve sempre promover o bem de todos, **sem preconceitos** de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação, sempre respeitando as normas de ordem pública e moralidade social.



Aprendemos que Deus criou o homem de forma igual à sua imagem concedendo-lhe alguns direitos inalienáveis como o Direito à Vida, à Liberdade e à Criatividade. Esta imagem e semelhança de Deus é transmitida às sucessivas gerações e por causa dela a vida de todos os seres humanos é sagrada.

Ao governo compete proteger esses direitos cujo autor é o Criador.

O **direito à vida** é inviolável, sendo a base de todos os demais direitos humanos. Logo, o objetivo maior de toda política pública é a promoção de vida longa e saudável, com acesso ao conhecimento, a relações sociais plenas e a um padrão de consumo sustentável, resultando em uma existência humana digna a todo cidadão.



Como a natureza humana é constante, as verdades éticas são duradouras, portanto acreditamos que a prevalência de uma **ordem moral** baseada nessas verdades gera a manutenção da ordem exterior e a harmonia social dos seres morais humanos, resultando em paz social, prosperidade individual e segurança jurídica.

Acreditamos que as **instituições** criadas ao longo de toda a convivência social humana são a pedra fundamental da manutenção da ordem cívica, devendo ser valorizadas e fortalecidas para que haja uma continuidade pacífica da sociedade. Defendemos o respeito à vida, valorização da família, garantia de propriedade privada, respeito à ordem e à autoridade constituída. Democracia e liberdade individual são instituições que devem ser preservadas por serem inerentes à dignidade humana e à identidade nacional.

A diversidade de pensamentos, modos de vida e opiniões são a base da democracia, sendo um dos princípios mais caros ao conservador. Essa diversidade deve ser contida apenas quando o modo de vida em questão atentar contra a ordem, a paz social, a liberdade, a propriedade e os costumes sociais.

CON
— SERVA
DO —
RIS
MO



Ser conservador é respeitar a tradição, inovando-a naquilo que for para o bem da sociedade.

Embora a natureza humana seja constante e a ética permanente, o modo de manifestação dessa natureza pode mudar ao longo do tempo. Conservadores não são avessos ao progresso social e à mudança, ao contrário, entendem que esse progresso é essencial,

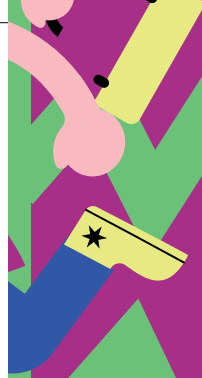
mas só é verdadeiramente válido na medida em que ocorre de maneira prudente e sustentável, em uma eterna reconciliação entre as forças de permanência e progressão, fazendo com que a sociedade cresça de maneira vigorosa e contínua.



UNIVERSALISMO



—
Acreditamos que toda nova política pública ou pensamento político deve ser visto, discutido e, se for o caso, aplicado com a maior prudência possível, medindo-se não somente os benefícios imediatos, mas também seus efeitos em médio e longo prazo, especialmente se tais elementos desviarem-se muito do cerne das tradições sociais.



Experimentos arriscados podem destruir o tecido social, causando péssimas repercussões na paz e na prosperidade do país.

Entendendo poder como a capacidade de se fazer algo que se queira mesmo por desacordo com os demais. O poder costuma oprimir de maneira intensa outros indivíduos e a sociedade em geral, devendo haver freios institucionais a eles.

O princípio da separação de poderes e o sistema de freios e contrapesos na gestão pública impedem a concentração de poderes na mão de um pequeno grupo de governantes, sendo essencial sua valorização e o aprimoramento. É também importante que o exercício do poder político aconteça, prioritariamente, junto à população, descentralizando-se as decisões administrativas em favor de Estados e, principalmente, Municípios, gerando eficiência na resolução de problemas concretos, economia de recursos públicos, especialização administrativa e maior democracia.

Defendemos como princípio, a Subsidiariedade tanto social como tributária, evitando a intromissão do governo na vida das pessoas e o desincentivo ao trabalho e à atividade empreendedora.

Somente quando uma pessoa não consegue realizar determinada tarefa é que a instância social mais próxima virá em seu socorro. Onde a ação individual é insuficiente, vem a família; naquilo que a família não é capaz de realizar, contará com a ajuda de um grupo de famílias, de uma associação, e assim sucessivamente, até as altas esferas de governo.

No Princípio da Subsidiariedade, o Estado tem um papel importante ao vir em socorro das instâncias inferiores quando elas não se mostram capazes(ou interessadas) de resolver certas questões. Quando a sociedade readquire a capacidade de executar a tarefa,

o Estado recua a sua presença. Enquanto ações pesadas do governo dividem a sociedade, a liberdade aproxima os cidadãos.

Acreditamos que o princípio da voluntariedade deve prevalecer nas relações sociais. No âmbito privado, somente ações voluntárias entre cidadãos são verdadeiramente legítimas, e dado que as ações de governo são financiadas de maneira involuntária, o conservador deve sempre defender uma menor atuação governamental na economia e na vida social em favor da sociedade civil livre. Ademais, corpos burocráticos, em geral, são muito menos eficientes que as variadas e pujantes associações locais, empreendedores e empresas em relações livres e complementares de uns com os outros.



O conservadorismo é antes de tudo solidariedade social, a essência da liberdade humana de nossa civilização, definida pela palavra cooperação. Liberdade nestes termos significa que ninguém está sozinho, mas que estamos juntos em nossas comunidades, famílias, amigos, vizinhos, trabalho e associações. A fonte primária de solução de nossos problemas está em cada um destes núcleos.

O direito à propriedade privada é uma garantia contra o poder arbitrário estatal. Sua relativização tem gerado conflitos no campo e nas cidades e relegado cidadãos a um sistema onde eles não conseguem prosperar por si mesmos, ficando eternamente dependentes das benesses públicas. O direito de propriedade, de reter os frutos do seu trabalho e passá-los aos seus descendentes é a fórmula comprovadamente mais eficaz de organização e estímulo à produtividade e ao enriquecimento individual e social.



**LIBER
— DA
DE
ECO
— NÔMICA**





Quanto maior a liberdade econômica, menor a corrupção, melhor qualidade de vida, maior a expectativa de vida, maior controle da inflação, maior renda per capita, onde pobres ganham mais, pessoas são mais felizes, têm direitos civis mais protegidos, meio ambiente mais limpo, menor mortalidade infantil, menor trabalho infantil e menor desemprego. O mecanismo mais eficiente de diminuição da pobreza produzido pela civilização.

Acreditamos que uma sociedade livre é indissociável da liberdade econômica. Portanto, não há liberdade política sem a liberdade econômica. Sua falta leva a uma das mais contundentes misérias. Optamos pela prosperidade.

Em uma economia de mercado fortalece-se a propriedade privada, liberdade de contratação, sistema livre de preços e a primazia do Estado de Direito. Este modelo possui instituições sólidas e menor concentração de poder, pois existe um marco regulatório

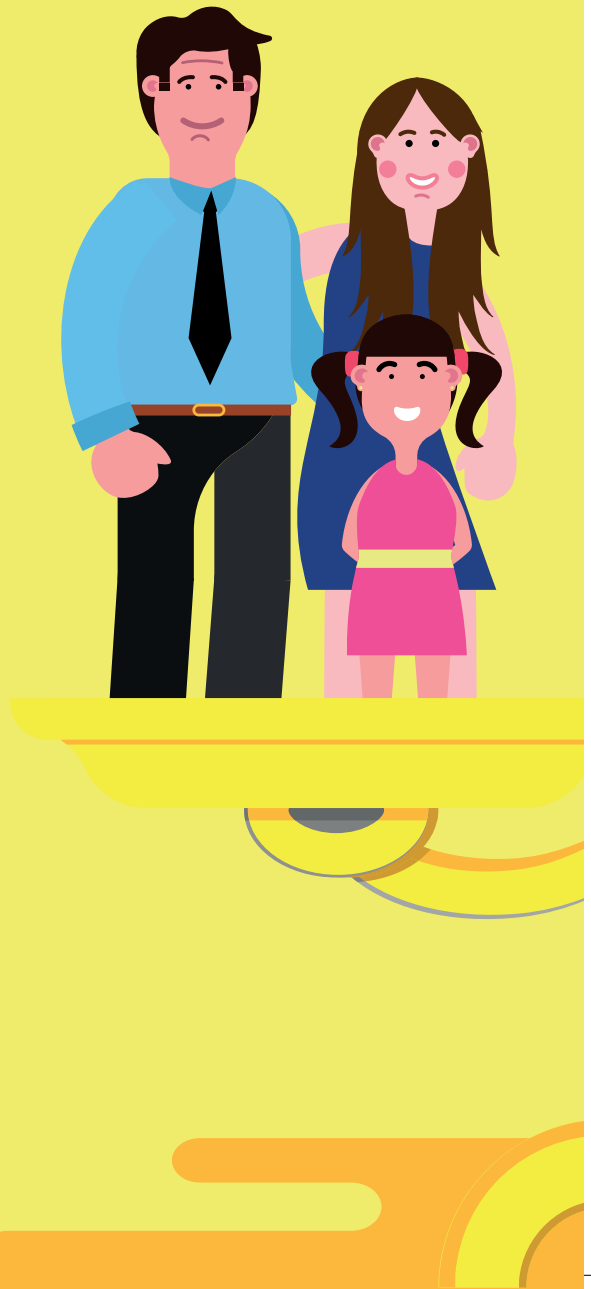
transparente, Banco Central independente, menos impostos, diminuição do gasto, equilíbrio nas contas públicas e integração comercial internacional, pois o passado e o presente provam: países que abrem sua economia ao exterior ganham e se tornam mais ricos, com melhores indicadores em todas as áreas. Já os que se fecham perdem, pois são países com alta concentração de miséria e pobreza, reféns de governos populistas e assistencialistas.

Enxergamos a liberdade econômica como um dos principais alicerces da democracia. Aliás, é a democracia aplicada ao mercado, portanto ter o direito à vida sem ter o direito a esta liberdade é negar ao homem uma das principais causas de que sua vida vale a pena, pois ninguém melhor do que o cidadão para saber o que fazer com seu dinheiro. Valorizamos o empreendedor, o hábito de vislumbrar novas possibilidades e que o cidadão seja mestre do seu próprio destino.

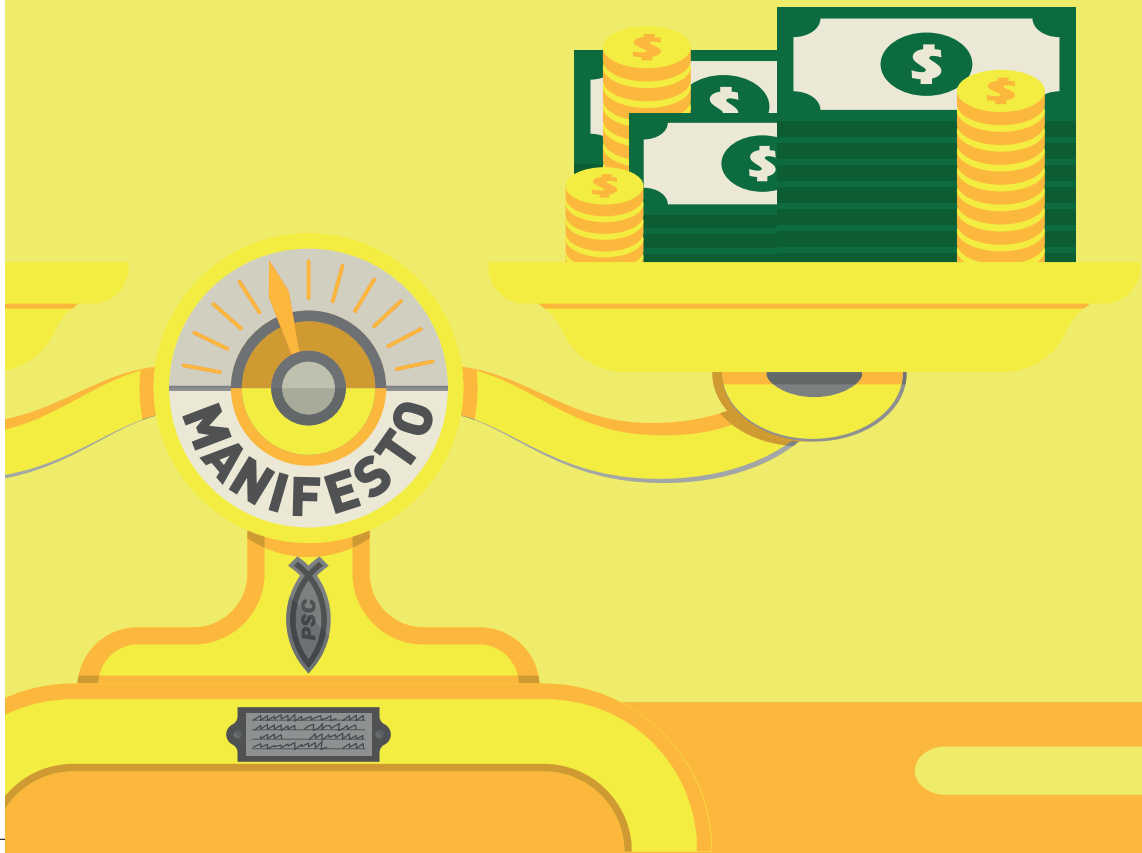
AMICA

Confiemos na verdadeira liberdade econômica, que implica na ausência de privilégios, igualdade perante a lei, responsabilidade individual, cooperação entre estranhos, competição empresarial. Assim, dificultar ou proibir o seu exercício resulta em impedir a luta pela sobrevivência, sendo portanto, prejudicial para os direitos humanos.

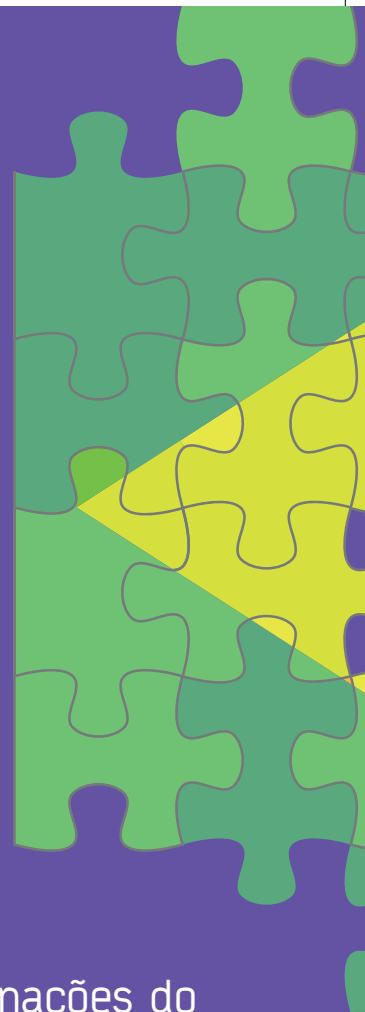
Em uma sociedade livre, o grau de responsabilidade individual tem que ser elevado. E é assim pela simples razão de que o corolário da liberdade é a responsabilidade. Não apenas a teoria, como a própria solução empírica, confirma que voluntariado e caridade andam juntos com liberdade econômica. Uma sociedade livre tem os seus próprios mecanismos naturais de solidariedade e estes são pouco visíveis agora, para nós, precisamente porque um estado gigante já monopolizou a assistência social, absorvendo os recursos da sociedade civil que seriam destinados a esses fins.



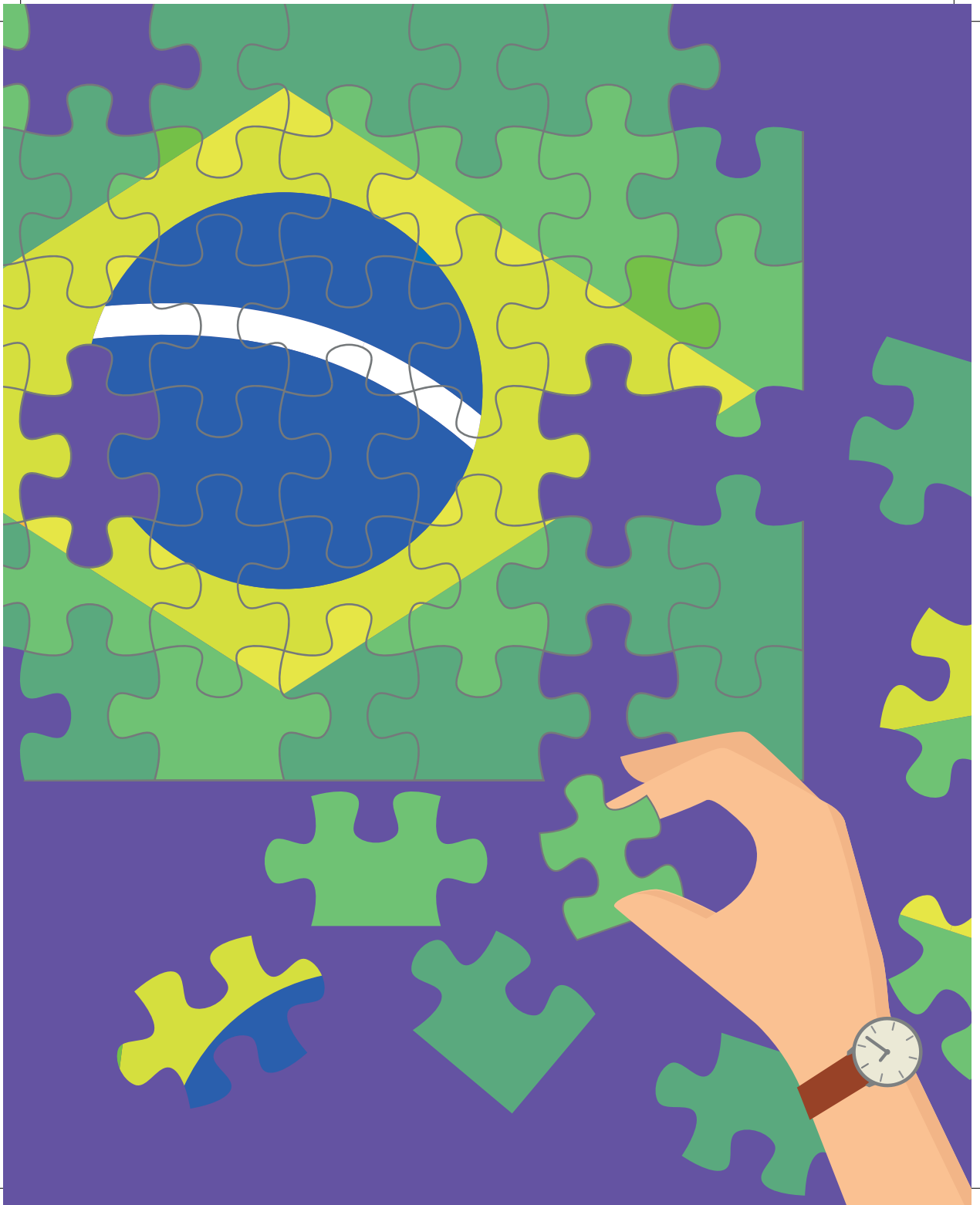
Defendemos a liberdade do cidadão em viver bem e construir uma vida digna por meio do trabalho. Acreditamos que não há humanismo possível longe da liberdade econômica.



ANÁLISE CRÍTICA DA SITUAÇÃO DO BRASIL



O Brasil é uma das mais bela e ricas nações do mundo, em virtude da grandeza de dois dos três elementos que o compõem: seu povo trabalhador e seu território extenso e produtivo. Infelizmente, o seu terceiro elemento deixa muito a desejar: um governo distante, ineficiente e antiético.



- Distante porque julga saber melhor do que os governos locais o que é bom pro indivíduo brasileiro
- Ineficiente porque sua máquina burocrática inchada impede a prestação de serviços essenciais, sua confusa legislação não assegura condições de prosperidade para os empreendedores, e uma tributação extorsiva sufoca o povo brasileiro
- Antiético porque estimula valores que desrespeitam as bases da nossa civilização: o direito à vida, a família como célula da sociedade e as liberdades civis e econômicas, dentre elas o direito à propriedade.

O Brasil vive ao longo dos anos um modelo de forte intervenção do Estado na economia. Um sistema altamente regulado que inibe o investimento e o empreendedorismo que usa o governo como elemento solucionador de problemas gerados exatamente por suas próprias ações.

Acreditamos no valor do brasileiro. Desejamos reduzir a regulação do Estado com o objetivo de devolver o País para o cidadão. Uma nação democrática não é aquela que tão somente possui eleições, mas aquela que respeita os direitos humanos e possui um sistema de liberdade econômica onde não exista dependência

A corrupção e a ineficiência se posicionam hoje entre o povo brasileiro e a sociedade que merecemos.

da economia da atuação do estado. A corrupção e a ineficiência se posicionam hoje entre o povo brasileiro e a sociedade que merecemos.

Enxergamos a pesada carga tributária e regulatória como elemento limitador do desenvolvimento do Brasil. Cremos na vocação empreendedora de nosso povo. Precisamos desatar as amarras que inibem a inovação e mantêm nossa população refém do governo.

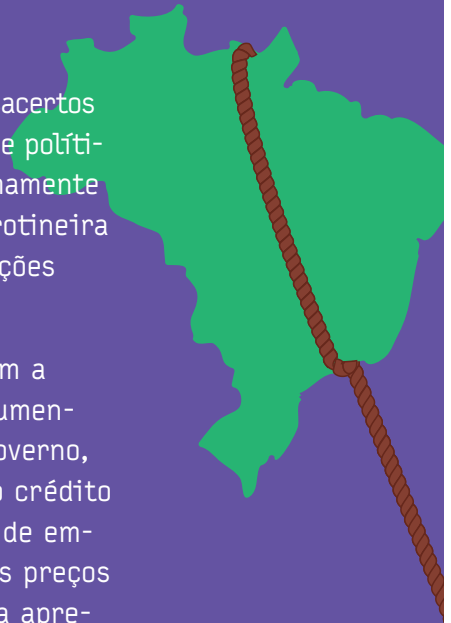
Não existe dinheiro público, mas o dinheiro dos pagadores de impostos, como dizia Margaret Thatcher. É preciso deixar claro que o Estado não é gerador de riqueza, mas mero distribuidor. Quem gera a riqueza de nosso país e todos os recursos usados pelo Estado em seus programas é nosso povo. Dependemos de nossa iniciativa privada, do espírito empreendedor do brasileiro para que nosso governo possa existir. Não existe governo sem atividade empreendedora. Portanto, acreditamos que devemos liberar nossos talentos para construir o país que desejamos, hoje reféns de um Estado pesado e ineficiente que cobra um preço muito alto de todos os brasileiros para existir.

Falta ao Brasil um projeto claro de país. O papel de nosso Estado varia de acordo com o governo que ocupa o poder. Isto precisa mudar. Nossa nação precisa de um projeto claro que não varie de acordo com o grupo que temporariamente exerce o poder. **O papel do governo, em nossa visão, é o de gerente de programas perenes, de uma estrutura de Estado enxuta e eficiente. Não podemos mais confundir Estado e Governo.** Este é apenas instrumento de gerenciamento de programas e ações de Estado, que devem atravessar os governos e ser eixo balizador do modelo de nação que desejamos.

Nossa economia não pode viver de solavancos, desacertos e recorrentes ações de recuperação. Precisamos de políticas perenes e responsáveis. Poucos países minimamente sérios vivenciam, de forma tão explícita e tão rotineira quanto o Brasil, as consequências das intervenções estatais em suas economias.

Adotando políticas econômicas que se resumiram a estimular o consumo sem estimular a oferta, aumentar os gastos públicos, maquiar as contas do governo, aumentar as tarifas de importação, aumentar o crédito concedido por bancos estatais, tabelar o lucro de empresas, congelar o preço da gasolina e baixar os preços da energia elétrica na caneta, o Brasil passou a apresentar contração econômica, taxa de inflação de preços próxima a dois dígitos, desemprego crescente, taxa de câmbio com forte desvalorização, custo de vida em forte ascensão, gasolina e tarifas de utilidade pública em disparada e endividamento recorde da população.

Uma moeda sólida, forte e estável é necessária – em bora apenas isso não seja suficiente – para a prosperidade econômica. Os alemães entenderam o problema ainda em 1957. A consequência foi uma estrondosa elevação no seu padrão de vida. Os brasileiros vivenciaram algo vagamente semelhante a uma moeda forte nos períodos 1994-1998 e 2007-2011. Apesar de ter durado pouco, este curto período já foi suficiente para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros, especialmente dos mais pobres.



Sim, uma moeda forte é uma bênção para qualquer população. Ela gera um aumento do poder de compra do trabalhador e, conseqüentemente, um aumento em seu padrão de vida.

Uma moeda em constante fortalecimento equivale a um aumento salarial contínuo.



Ela permite acesso barato a uma farta quantidade de bens e serviços estrangeiros, aumentando enormemente o padrão de vida de seus usuários. Trata-se de uma instituição que não deve jamais ser colocada em risco, muito menos em épocas de recessão.

Sociedade saudável e economia pujante são reflexos da política pública eficiente e bem executada. Nosso desafio é fazer uma política pública qualificada, com objetivos planejados e resultados mensurados, para que os benefícios venham a incidir diretamente sobre a nação.

Entender a conjuntura nacional e o cenário político pelo qual passamos a cada época é o primeiro passo para traçar caminhos que a máquina pública deve seguir,

reduzindo despesa e de- sonerando o contribuinte, visando a me- lhorias sem intermediá- rios e focadas nos próximos anos.

Nosso coletivo é capaz de aproximar o povo e a academia do mundo da política prática, em um ambiente criado para estudos e discussões dos mais variados temas, em seus recortes econômicos, políticos e legais.

Nenhum grupo deve ter privilégios e, por esse motivo, trabalhamos para estreitar a ponte entre sociedade civil, empresas e governo, zelando pelo respeito à Constituição Federal e ao

cumprimento integral de suas determinações, garantindo probidade e primando pela igualdade de todos os indivíduos e organizações perante a lei.

Há poucos países no mundo cujas condições são tão favoráveis para uma grande prosperidade como no Brasil. Porém, uma mentalidade favorável ao intervencionismo estatal e burocrático produz uma atitude de procrastinação permanente que atravessa todo o espectro da sociedade brasileira.

A principal causa da paralisia do país perante a urgente necessidade de se arrumar as condições para possibilitar um futuro melhor é a onipresença do estado brasileiro. Este estado intervencionista obstrui todas as atividades privadas. A economia brasileira se encontra permanentemente bombardeada por imprevisibilidades e por uma total ausência de lógica e de bom senso nas medidas intervencionistas do governo, as quais visam apenas ao curtíssimo prazo. O resultado é uma economia de produtividade extremamente baixa em conjunto com uma renda não somente baixa, mas também mal distribuída.

O que bloqueia o progresso do Brasil é a crença quase absoluta no poder do estado e uma forte desconfiança na eficiência do livre mercado. O grande mistério da cultura brasileira é a contradição entre esta ideologia que idolatra o estado e a visível realidade gerada por esta ideologia.

Para além da crise atual, uma questão recorrente começa a permear os sentimentos do povo brasileiro e das agências internacionais, em desfavor da nossa autoestima e autoconfiança: coloca-se em

O PAÍS QUE

dúvida a própria capacidade deste País de conjugar democracia política com desenvolvimento econômico sustentado.






E QUEREMOS

PAÍS — QUE QUE REMOS

A presente crise, conquanto de proporções inusitadas, seria apenas mais uma que se acresce à rotina de sobressaltos, solavancos e intermitências, no processo de construção da identidade nacional.



Não se compreende tamanha irregularidade em um País de dimensões continentais, provido em abundância de toda a sorte de recursos naturais; imune, praticamente, a desastres geoclimáticos; com uma população superior a 200 milhões de habitantes, plenamente integrados do ponto de vista racial, religioso e linguístico. Força é reconhecer que, com todo esse acervo de virtudes; com todo esse cabedal de vantagens, o Brasil frustra a sua população e surpreende negativamente a comunidade das Nações.

De modo muito específico, não se coaduna com o nosso perfil, nem com o legado histórico dos nossos maiores, este circo de horrores a que estamos expostos na atual conjuntura; taxas de crescimento ridículas, desemprego assustador; taxas de juros despudoradas; desinvestimento explícito; infraestrutura decadente, falência das políticas públicas; violência ubíqua, triunfante e fora de controle; corrupção desvairada e pessimismo endêmico.

Infelizmente, tem pertinência nesta hora o velho ditado: nada está tão ruim que não possa piorar. É preciso pois, uma tomada de posição imediata, por parte da cidadania. Ou nos unimos agora, em torno de um



projeto de resgate nacional, com o restabelecimento da dignidade e da responsabilidade com a coisa pública, ou resvalaremos num plano inclinado, até o irremediável; ou seja, o colapso como Nação e a inviabilidade da civilização exemplar com que um dia sonhamos.

Tal posicionamento compreende um diagnóstico prévio, por mais sucinto e esquemático que seja.

Na raiz dos nossos problemas está a inversão de hierarquia dentro da configuração geral do país, com o Estado se sobrepondo à sociedade civil, quando o contrário deveria ocorrer.

A isto chegamos pela hiperconcentração do poder institucional, a centralização das decisões e a regulamentação obsessiva, que gerou uma intrincada e desestimulante malha burocrática.

Estabeleceram-se então, a partir daí, Governos cada vez mais pesados, onerosos e disfuncio-



nais, que se definem como entrave ou sobrecarga ao processo de desenvolvimento do que como instrumento útil ou facilitador do mesmo.

Assim, se nós queremos o resgate das nossas premissas históricas, da nossa vocação progressista, do nosso potencial realizador, com a consolidação de um País competitivo, moderno socialmente justo, capaz de oferecer um qualidade de vida



exemplar à sua população, é preciso incidir, desde já, sobre aqueles vícios estruturais, desmontando aquele roteiro perverso, na ordem do seu surgimento.

Desta forma, o PSC se propõe a unir o país em torno de um programa que começa justamente pela afirmação da soberania, da autonomia, ou pelo menos da emancipação da sociedade em relação ao Estado.

Isto quer dizer que nós o povo (nós os cidadãos) não estamos mais dispostos a nos submeter aos caprichos de um Estado voraz que nos arranca os olhos; que nos cobra impostos extorsivos e nos entrega serviços de quinta categoria – quando entrega. Este posicionamento deve ser verbalizado por todos os meios que a lei faculte, nas tribunas formais, na mídia, em geral, nas associações de classes, no púlpito das igrejas, nas redes sociais e em demonstrações de rua. O povo mobilizado e as lideranças entendidas, devem exigir:





1.

A Desconcentração do poder, contemplando pelo menos três elementos: inibição da fúria arrecadadora do governo, com redução de impostos; taxas e contribuições; controle rigoroso da execução orçamentária e do endividamento; desestatização e repasse de atribuições para a iniciativa privada.

2.

A Descentralização envolvendo a redistribuição espacial de recursos e competências para as unidades locais de poder – estados e municípios – com o estabelecimento de um novo pacto federativo.

3.

A Desregulamentação e simplificação dos processos administrativos, para dar mais fluidez ao sistema produtivo e aos ritos do mercado.

As três vertentes enunciadas podem ser resumidas em uma expressão simples, que o Partido adotou como lema: “Mais Brasil, menos Brasília”. O que significa uma distensão administrativa; abertura de novos espaços físicos e sociais; redução das margens de ineficiência e corrupção; maior participação em todos os níveis e empoderamento da sociedade.

Observadas essas diretrizes gerais, o PSC elege como prioridades e objeto de atenção imediata a recuperação da capacidade de investimento público e privado, a elevação do nível de emprego, a restauração da ordem pública, o combate à corrupção e ganhos de efetividade nas políticas públicas compensatórias.

Estas iniciativas requerem larga capacidade de diálogo, mas, igualmente pulso firme, determinação, noção de premência temporal porque são precondições para a estabilidade de um governo que se espera, definitivamente refratário a turbulências, capaz de assegurar evolução continuada e patamares cada vez mais elevados de bem-estar coletivo. Um governo que se explicita pelo programa que será detalhado a prosseguir em suas diversas rubricas e campos funcionais. Programa que recebe o selo solene de um compromisso de minuciosa e cabal execução.

O PSC será, assim, o primeiro partido ideologicamente definido no discurso e na prática. E confia em que a recíproca também há de

ser verdadeira; ou seja, o povo também se orientará por um programa – o povo, habituado a votar em pessoas tende cada vez mais a votar por uma proposta ou por um conjunto de ideias.

Primeiro, porque a Internet, agora transformada em Ágora eletrônica, mudou completamente a natureza da política, consagrando práticas de democracia direta. Depois, porque a própria crise engendra um aprendizado, ainda que sofrido.

O povo sabe, assim por observação direta, que por trás de toda grande crise sempre há um indivíduo carismático que logrou mistificar as massas e depois malbaratou as suas esperanças. Como sabe, também, que o caos institucional econômico e moral por que estamos passando é consequência da falta de planejamento, falta de compromisso e infidelidade ao pacto social.

O povo sabe, finalmente, que é chegada a hora da sensatez; que o mundo inteiro está votando por propostas; e este é um sinal dos tempos. Aqui mesmo, na América Latina, o povo tem votado conscientemente por propostas liberais que são vitoriosas e garantem hoje taxas de crescimento econômico convincentes e perspectivas brilhantes para o futuro.

No Brasil não pode ser diferente. Nestes termos, com confiança irrestrita no futuro do País, consciência absoluta da nossa grande destinação, o Partido Social Cristão apresenta à elevada consideração do povo brasileiro, o presente manifesto.

Ficha Técnica:

Thiago Martins / João Lamar Direção de Arte

Mateus Bonini Ilustrador

VENDA PROIBIDA

Distribuição Interna